



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 07/12/15

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Rubem

Martins
para relatar.

Em 07/12/15

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 33/2015

PROCESSO AL – 8388/15

AUTOR (A): Dep. João Madson

RELATOR (A): Dep. Rubem Martins

I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição em epígrafe, que **“Altera a Lei nº 6.309, de 30 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento dos Servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI, que desenvolvem atividades específicas de fiscalização agropecuária, e dá outras providências”**.

A proposição faz parte do Processo Legislativo Art. 96, Inciso I, alínea “g” e art. 105 do Regimento Interno e arts. 73 e 75 da Constituição Estadual.

A presente matéria é de competência privativa do Governo do Estado, conforme disposto na **Constituição Estadual, art. 75, §2º, inciso II, alínea b**. O referido **Indicativo de Projeto de Lei** propõe a **“incorporação da Gratificação de Fiscalização de Barreira – GFB ao vencimento”** do servidor da ADAPI (Lei nº 6.309, de 30/01/2013, arts. 12; 13 e 27) ocupantes do cargo de Técnico Estadual de Fiscalização Agropecuária que trabalham nos PVA's (Postos de de Vigilância Agropecuária). Ressalto que essa **“Gratificação de Fiscalização”** (Estatuto do Servidor Estadual e suas alterações, LC nº 13/94; LC nº 28/03 e suas alterações (Lei de Organização do Estado do Piauí), ora proposta, é de suma importância para a valorização do servidor, para que o mesmo possa desempenhar de forma eficaz, eficiente e ética, sua função, haja vista, a fiscalização nas barreiras, ser um dos métodos legais e constitucionais de avaliação e diagnóstico dos serviços prestados à sociedade e subsídio para a posterior aplicação da lei. Enfim, concluída as análises cabíveis quanto à constitucionalidade da matéria, e não havendo óbices, o referido projeto está em conformidade com todos os dispositivos legais.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 09 de dezembro de 2015.

Rubem Martins
Dep. Estadual

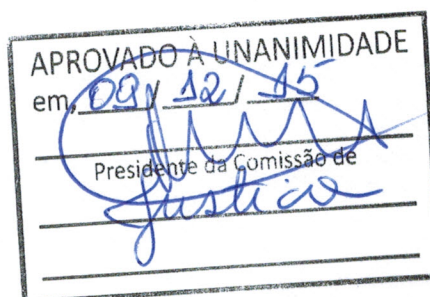


ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório e por a proposição se encontrar nos dispositivos regimentais, constitucionais e legais, com boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 09 de dezembro de 2015.



Rubem Martins
Dep. Estadual